

Câmara aprova Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo adquirir cotas de patrocínio do Treze e do Campinense

A 7ª Sessão Ordinária foi realizada na manhã de hoje (18) com a presidência do vereador Luciano Breno, secretariada por Saulo Noronha, além da presença de 17 vereadores, que participaram do pequeno e grande expediente. Na Ordem do Dia, foi aprovado por unanimidade o Projeto de Lei nº 100, de autoria do Poder Executivo, que permite através da Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer – SEJEL, adquirir cotas de patrocínio do Treze Futebol Clube e do Campinense Clube.



Foto: Arquivo

Os recursos serão destinados aos clubes tradicionais do município e constituem um incentivo ao desenvolvimento

econômico, esportivo, cultural e social da cidade. Além dos benefícios gerados pela publicidade turística da cidade, o presente Projeto de Lei também prevê contrapartida social a serem promovidas pelos clubes patrocinados, como a permissão de visitas ao espaço do Centro de Treinamento e disponibilização de reserva mínima de 20% das vagas em suas categorias de base para alunos matriculados na rede pública de ensino, bem como na promoção da inclusão esportiva de Pessoas Com Deficiência e Mobilidade Reduzida.

O Poder Executivo Municipal, através da SEJEL, poderá firmar contrato de patrocínio respeitando os valores de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o Clube que participar do Campeonato Paraibano de 2025 – Primeira Divisão e Série D.

A bancada de oposição propôs uma emenda sugerindo alteração no item do Parágrafo Único da Lei, que diz que o clube patrocinado somente poderá utilizar os recursos do patrocínio nas suas finalidades institucionais, ficando obrigado a apresentar, no ato da contratação, Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou positiva com efeitos de negativa) e a prestarem contas dos recursos utilizados, até o final do exercício financeiro deste ano. A bancada propôs alteração na Lei no que diz respeito à apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais, alterando de “no ato da contratação”, para “no ato do pagamento”. O vereador Anderson Almeida, líder da oposição, justificou que a possível demora na emissão da certidão negativa pode resultar no atraso da contratação. Os vereadores aprovaram a emenda por unanimidade, sem discussões.



Foto: Josenildo Costa

Sobre o projeto, a vereadora Jô Oliveira destacou a relevância, mas pontuou a necessidade de se ter uma política de esporte, articulada e planejada, pensando nos grandes times, mas também nos pequenos. A vereadora ainda frisou que além de aprovar o projeto é preciso acompanhar e garantir a chegada dos recursos.

Rostand PB destacou a importância do projeto para os times profissionais, mas pediu incentivo para o amadorismo. O vereador também falou sobre a necessidade de união entre as torcidas e do diálogo que deve ser realizado com os representantes, principalmente diante dos últimos acontecimentos que foram noticiados envolvendo violência entre torcidas.

Pimentel Filho, em concordância com o vereador, ressaltou que os times de várzeas precisam de apoio e espera um projeto para atender esse público. Ele acrescentou que um projeto de sua autoria, que poderia ser uma das políticas implementadas, visa

